

*Brasília, 24 de fevereiro de 2026*

---

Seleção

---

# Sumário

## Blog do Ancelmo Gois - Globo Online

Segunda-feira, 23 de fevereiro de 2026 | Marcas

**Justiça manda prosseguir ação contra Seu Jorge, acusado de se apropriar de músic... .. 3**

## Blog Miriam Leitão - O Globo Online

Segunda-feira, 23 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

**Decisão da Suprema Corte dos EUA não encerra risco tarifário ao Brasil, é cedo par... .. 4**

## Migalhas

Segunda-feira, 23 de fevereiro de 2026 | ABPI

**Entenda a patente e o que fala para Polilaminina virar remédio ..... 6**

Segunda-feira, 23 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

**A proteção das Indicações Geográficas e o Acordo Mercosul-EFTA ..... 11**

Segunda-feira, 23 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

**Judicialização contra a pirataria de sementes de soja: Inovação ..... 18**

## Carta Capital Online

Segunda-feira, 23 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

**Unesco: IA pode levar indústria musical a perder até 24% de receitas - CartaCapital ..... 20**

## IstoÉ Online

Segunda-feira, 23 de fevereiro de 2026 | Patentes

**Perda da patente da polilaminina foi uma decisão técnica da UFRJ, diz Tatiana Sam... .. 22**

## Monitor Mercantil Digital online

Segunda-feira, 23 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Mounjaro: quebra de patente no Brasil ..... 24**

## Justiça manda prosseguir ação contra Seu Jorge, acusado de se apropriar de músicas



O cantor é acusado de ter se apropriado como autor das músicas como 'Carolina' e 'Tive Razão'

Os desembargadores da 18ª Câmara de Direito Privado anularam sentença que havia declarado extinto o processo e determinou que prossiga a ação judicial movida pelos músicos de Brasília, Ricardo Garcia e Kiko Freitas contra o cantor Seu Jorge, acusado de ter se apropriado como autor das músicas "Carolina", "Tive Razão", "Gafieira S. A.", "Chega no Suingue", "She Will" e "Não Tem", que alegam terem sido compostas pela dupla.

Artista foi chamado de 'um pedaço de merda': Caetano vai receber indenização de um ofensor que

o atacou nas redes sociais'**Marketing de embosca-da**': mais de vinte multas são emitidas pela Prefeitura nos blocos no carnaval Segundo a dupla, "Carolina" foi composta por Ricardo Garcia, em homenagem à sua namorada de muitos anos, enquanto que "She Will" também teria sido inspirada no período que Ricardo Garcia esteve em uma escola americana. Já "Suingue Musical" foi feita pela dupla para o grupo musical Juventude do Samba.

Os magistrados acompanharam, por unanimidade, a voto da desembargadora Maria Regina Nova, designada como relatora da apelação.

Mais Sobre Festival gratuito na Praia de Ipanema vai reunir Seu Jorge, Marcos Valle, Maria Gadú, Daniel Jobim e outros Rio Bossa Nossa reúne Seu Jorge, Leo Jaime, Maria Gadú e Marcos Valle em Ipanema "Pelo exposto, voto no sentido de conhecer e dar prosseguimento ao recurso, para anular a sentença e determinar o regular prosseguimento do feito no Juízo a quo, retornando à fase de instrução probatória, com a designação de audiência de instrução e julgamento e produção das provas anteriormente deferidas", determinou a desembargadora relatora.

## Decisão da Suprema Corte dos EUA não encerra risco tarifário ao Brasil, é cedo para comemorar



O presidente Donald Trump anunciou tarifa de 15% após a decisão da Suprema Corte americana que suspendeu a taxaço ancorada na lei de emergência internacional. A legislação de comércio já consolidada permite, no entanto, que Trump estabeleça tarifas por 150 dias, sem submeter ao Congresso. Num primeiro momento, apesar da nova tarifa, a avaliação de técnicos foi a de que o Brasil recuperava sua competitividade, já que o país era mais taxado do que outros e agora todos estariam sob a mesma alíquota.

Mas todo dia é uma surpresa no tumultuado mundo das tarifas americanas. Neste domingo, o representante comercial dos EUA, Jamieson Greer, disse que acordos tarifários firmados pelo governo - incluindo os acertados com China, União Europeia, Japão e Coreia do Sul - permanecem em vigor. Ou seja, essa vantagem que o Brasil teria, ao se igualar à taxaço que sofria à de outros países, pode não estar certa. Para produtos que continuavam sobretaxados, com alíquotas muito altas, de 40% e 50%, e passarão para 15%, há sim uma melhora para o exportador brasileiro.

O que mais preocupa o Brasil, no entanto, é a investigação, iniciada em julho do ano passado, sobre práticas comerciais, no âmbito da Seção 301 da lei de comércio americana. A investigação trata de práticas brasileiras relacionadas ao comércio digital, alegando, por exemplo, que o país impõe restrições excessivamente amplas à transferência de dados pessoais para fora do país, e aos serviços de paga-

mento eletrônico. Eles alegam que o Pix, vejam vocês, tirou mercado dos cartões de crédito americano e que isso seria uma prática desleal.

Estão sendo questionadas ainda tarifas preferenciais consideradas injustas, citando nominalmente acordo com o México. O mesmo México que já nos ameaçou recentemente com tarifas maiores. Há também no âmbito da investigação questionamentos quanto a aplicação das leis anticorrupção; proteção da **propriedade intelectual**; acesso ao mercado de etanol; e desmatamento ilegal. Essa investigação está chegando ao fim e pode resultar em novas tarifas para o Brasil. Por tudo isso, é cedo para comemorar.

O Brasil negociou tecnicamente muito bem, contou o empresário José Velloso, presidente da Abimaq, em entrevista ao Em ponto da Globonews. Mas ele mesmo diz que a decisão será política.

Em março, haverá uma nova rodada de negociação de tarifas e há um encontro marcado entre o presidente Lula e o presidente Donald Trump, nos Estados Unidos. As conversas dos dois presidentes até aqui têm se revertido em decisões favoráveis ao comércio Brasil-Estados Unidos.

O Brasil está com uma ambição alta. O presidente Lula disse, neste fim de semana, durante sua viagem à Índia e à Coreia do Sul, que quer, na reunião com Trump, "normalizar" as relações comerciais com os Estados Unidos, porque elas ainda estão anormais. O que aconteceu foi que o Brasil reduziu bastante o dano inicial com negociações, com pressão dos setores exportadores, assim como dos importadores americanos, com a atuação do vice-presidente Geraldo Alckmin e do presidente Lula. Isso reduziu o dano, mas o Brasil ainda continuava a ser um dos países mais taxados. Agora, com esses 15%, parecia que tudo se igualaria, mas não se sabe ao certo, porque países que tiveram concessões as teriam mantido, enquanto o Brasil terá essa taxaço extra pela legislação em vigor nos Estados Unidos, que não está coberta pela decisão da Suprema Corte.

---

Continuação: Decisão da Suprema Corte dos EUA não encerra risco tarifário ao Brasil, é cedo para comemorar

Tudo permanece ainda em processo de negociação. Vale apostar no que deu certo até agora: diplomacia, sangue-frio, objetividade, não tratar de forma ideológica essa relação, mas tecnicamente. O Brasil

fez isso muito bem durante o momento pior da crise no ano passado e conseguiu avançar.

Mais recente

Próxima

## Entenda a patente e o que fala para Polilaminina virar remédio



Polilaminina é o nome de uma substância que, associada à sua pesquisadora, a cientista brasileira Tatiana Sampaio, tornou-se um "fenômeno midiático".

O composto passou a ser apontado como promessa no tratamento de lesões medulares agudas.

Após relatos de recuperação de pacientes que utilizaram o fármaco, multiplicaram-se manifestações que destacaram a pesquisadora, que investiga o tema há cerca de 20 anos, como símbolo de orgulho para a ciência nacional.

O que é polilaminina?

A polilaminina é um composto produzido em laboratório a partir da laminina, proteína naturalmente presente no corpo humano e ligada ao desenvolvimento e à organização dos tecidos. Sua finalidade é servir como suporte à regeneração nervosa em casos de lesão na medula espinhal. Em termos práticos, como a medula é o feixe de nervos que passa pelo interior da coluna vertebral e conecta o cérebro ao restante do corpo, a substância seria aplicada diretamente na área lesionada para estimular os nervos a formarem novas conexões e, assim, recuperar funções comprometidas.



Di Blasi, Parente & Associados

A repercussão também abriu as portas para um debate jurídico: o registro de patentes e a proteção da **propriedade intelectual** de medicamentos.

Isso porque Tatiana Sampaio afirmou que a substância possui patente no Brasil, mas que a proteção internacional não foi mantida em razão de cortes de recursos à época em que a pesquisa estava vinculada à UFRJ.

Diante desse cenário, surgem questionamentos sobre o alcance dessa proteção e os passos necessários para que a substância deixe o campo experimental.

A seguir, entenda como funciona a patente de medicamentos, qual é o estágio jurídico atual da polilaminina e o que ainda falta para que ela possa se tornar um remédio comercializável.

Com patente nacional, Polilaminina ainda depende de validação científica e aprovação sanitária para ser comercializada. (Imagem: Arte Migalhas)



Kasznar Leonardos | Propriedade Intelectual

### Patentes de medicamentos

A patente é um título de propriedade temporária concedido pelo Estado ao inventor ou ao titular dos direitos sobre determinada criação. No Brasil, ela é outorgada pelo **INPI** - **Instituto Nacional da Pro-**

## priedade Industrial.

Segundo o advogado Gabriel Di Blasi, sócio fundador do escritório Di Blasi, Parente & Associados, a patente confere ao titular o direito de impedir terceiros, sem autorização, de produzir, usar, vender, oferecer à venda ou importar o produto protegido - ou processo diretamente relacionado a ele.

Em contrapartida, o inventor deve revelar detalhadamente todo o conteúdo técnico da invenção no pedido de patente, permitindo que a sociedade tenha acesso ao conhecimento após o término da vigência do direito.

No caso da patente de invenção - categoria aplicável a medicamentos inovadores - o prazo é de 20 anos contados da data do depósito do pedido.



Daniel Advogados

Durante esse período, apenas o titular pode explorar comercialmente o produto.

Advogado explica critérios para quebra de patente do Mounjaro

No setor farmacêutico, a proteção pode abranger: o composto ativo em si;

a composição farmacêutica que contenha o composto;



o processo de fabricação; ou

o uso terapêutico específico da substância.

Em determinadas hipóteses, também é possível proteger uma nova indicação terapêutica para composto já conhecido - o chamado "segundo uso".

Como a polilaminina já possui patente concedida no Brasil, a substância está juridicamente protegida no território nacional.

As especialistas em patentes Kene Gallois e Samantha Salim, do escritório DANIEL, fazem um adendo: para existir a patente de proteínas, é essencial que o composto não esteja presente sob condições naturais.



Em outras palavras, proteínas de origem natural - como a laminina - não são patenteáveis no Brasil. Para a proteção, é necessário que a versão produzida a partir de intervenção humana possa ser claramente diferenciada daquela encontrada na natureza.

A observação é relevante para compreender os contornos jurídicos da polilaminina: a possibilidade de patente não decorre simplesmente da existência da proteína em si, mas da inovação técnica associada à sua modificação, produção ou aplicação terapêutica.

### Requisitos de patenteabilidade

Ainda, segundo o advogado e as especialistas, o **INPI** analisa quatro critérios principais:

**Novidade:** a invenção não pode ter sido tornada pública antes do depósito do pedido, em qualquer lugar do mundo.



**Atividade inventiva:** a solução proposta não pode ser óbvia para um técnico no assunto. No campo farmacêutico, isso significa que o composto ou uso deve apresentar efeito técnico inesperado ou superior em relação ao estado da técnica.

**Aplicação industrial:** a invenção deve ser passível de produção ou utilização em escala industrial.

**Suficiência descritiva:** o pedido deve descrever a invenção de forma clara e completa, permitindo que um especialista consiga reproduzi-la sem experimentação indevida.



O exame técnico realizado pelo **INPI** verifica o atendimento a esses requisitos antes da eventual concessão da patente.

#### Patente internacional



Apoiador Migalhas Apoiador Migalhas

Quanto à abrangência da proteção, o advogado Gabriel Di Blasi explica que a patente é um direito territorial.

Isso significa que uma patente concedida pelo **INPI** produz efeitos apenas no Brasil. Para que a invenção esteja protegida em outros países, é necessário depositar pedido e obter concessão em cada jurisdição de interesse, de acordo com as regras locais.

Não existe uma patente internacional única e automática.

A advogada Priscila Mayumi Kashiwabara, sócia da banca e especialista em Biotecnologia, reforça esse ponto e detalha as consequências práticas dessa limitação territorial.

Segundo ela, quando há proteção apenas no Brasil, a exclusividade vale exclusivamente no território nacional. Em países onde não houver patente concedida, terceiros podem fabricar e comercializar livremente a tecnologia.



Fomentador Migalhas Fomentador Migalhas

Além disso, pode haver importação paralela caso não exista patente vigente no país de origem do produto.

Na avaliação da especialista, a ausência de proteção internacional reduz o valor estratégico do ativo, limita a capacidade de licenciamento global e diminui o poder de negociação em mercados exter-

nos.

Ela ressalta ainda que, embora não exista uma "patente internacional", há mecanismos que facilitam o depósito em múltiplos países, como o PCT - Patent Cooperation Treaty, tratado que permite o encaminhamento de pedidos para diferentes jurisdições membros.

Assim, se a proteção da polilaminina estiver restrita ao Brasil, a exclusividade da titular limita-se ao mercado nacional, com impacto direto no potencial de exploração econômica e na estratégia de internacionalização da tecnologia.

#### Da pesquisa ao remédio



ADRIANA MARTINS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA  
ADRIANA MARTINS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

Conforme divulgado pela imprensa, os dados obtidos pela equipe da pesquisadora indicam que a polilaminina ainda se encontra em fase inicial de investigação.

Em 2025, foram apresentados resultados preliminares de estudo experimental com oito pacientes com lesão medular aguda.

Os dados apontaram diferentes níveis de evolução clínica: alguns participantes tiveram melhora discreta, enquanto outros registraram recuperação motora mais expressiva.

O caso que ganhou maior repercussão foi o de Bruno Drummond de Freitas, primeiro paciente a receber a substância após acidente automobilístico, em 2018, que resultou em fratura cervical e tetraplegia.

Com o tratamento, Bruno recuperou boa parte dos movimentos. Em seu perfil no Instagram, ele costuma divulgar a evolução da recuperação.



Continuação: Entenda a patente e o que fala para Polilaminina virar remédio



Ver essa foto no Instagram Um post compartilhado por Bruno Freitas (@bfdrummond)

hasInstagram

Os próprios dados divulgados, contudo, indicam variação nos resultados - algo esperado em estudos clínicos dessa natureza.

O trabalho corresponde a etapa inicial de investigação científica e ainda será submetido à revisão por pares, procedimento em que especialistas independentes analisam metodologia, dados e conclusões.

Como o estudo envolveu número reduzido de pacientes, os resultados devem ser interpretados dentro desse contexto preliminar.



ÂNDRIA ARAÚJO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA  
ÂNDRIA ARAÚJO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

Até o momento, a investigação concentrou-se em lesões medulares agudas. A aplicação em quadros crônicos ainda não foi objeto dessa etapa da pesquisa.

### Transformação em medicamento

Diante da repercussão dos resultados iniciais, surge uma pergunta inevitável: o que falta para que a polilaminina se torne, de fato, um medicamento dispo-

nível à população?

O caminho é regulatório.

Embora exista patente nacional, a substância ainda não é medicamento registrado. Para chegar ao mercado, precisa cumprir as etapas exigidas pelas autoridades sanitárias.



Segundo Gabriel Di Blasi, patente e registro na Anvisa são títulos distintos e independentes.

A patente é um direito de **propriedade intelectual** que garante exclusividade de exploração econômica por prazo determinado. Já a autorização da Anvisa é licença regulatória que atesta segurança, eficácia e qualidade para comercialização.

Viviane Trojan, sócia do e coordenadora da **ABPI** - Comissão de Patentes da **Associação Brasileira de Propriedade Intelectual**, explica que o titular pode licenciar a patente, permitindo que terceiros explorem a tecnologia mediante pagamento de royalties - ou até mesmo de forma gratuita. Ainda assim, é plenamente possível que uma invenção nunca chegue ao mercado na forma de produto.

Kene Gallois e Samantha Salim reforçam essa distinção. Segundo elas, um medicamento pode ser patenteado e, ainda assim, não ser comercializado, seja por ausência de aprovação regulatória, seja por decisão estratégica do próprio titular.

Da mesma forma, a proteção patentária não constitui requisito para obtenção de registro sanitário. Um medicamento pode ser aprovado pela Anvisa mesmo sem qualquer proteção patentária vigente.

Na prática, isso significa que um produto pode ter patente concedida e não obter autorização regulató-

---

Continuação: Entenda a patente e o que fala para Polilaminina virar remédio

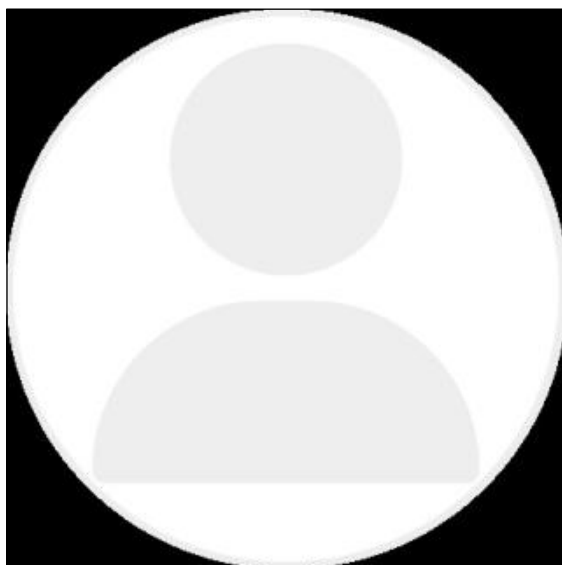
ria, assim como pode receber aprovação sanitária sem estar protegido por patente.

A patente não garante viabilidade clínica. E a aprovação sanitária não depende da existência de patente.

No caso da polilaminina, portanto, coexistem dois planos distintos: de um lado, a proteção jurídica da

inovação; de outro, a validação científica e regulatória necessária para que a substância deixe de ser promessa experimental e se transforme em medicamento disponível à população.

# A proteção das Indicações Geográficas e o Acordo Mercosul-EFTA



Larissa Alvarez Larissa Alvarez

## 1. Introdução

As IGs - indicações geográficas constituem uma das modalidades mais antigas de proteção da **propriedade intelectual**, mas, paradoxalmente, figuram entre as menos compreendidas fora de círculos especializados<sup>1</sup>. Tradicionalmente associadas a produtos agrícolas europeus como vinhos, queijos e bebidas, as IGs vêm, ainda assim, ganhando crescente protagonismo em negociações comerciais internacionais recentes, passando a integrar capítulos específicos de acordos de livre comércio.

Nesse contexto, acordos inter-regionais como o Acordo União Europeia-Mercosul - resultado de cerca de 25 anos de negociações e ainda pendente de aprovação e ratificação - e o Acordo Mercosul-EFTA, assinado em 2025, são exemplos que evidenciam a centralidade das indicações geográficas como ativos estratégicos de política comercial, desenvolvimento regional e valorização cultural.

Este artigo busca examinar o papel do Acordo Mercosul-EFTA na ampliação da proteção internacional das indicações geográficas, com especial atenção ao lado latino-americano. Para tanto, parte-se de uma abordagem conceitual das IGs e de seu arcabouço internacional de proteção, seguida de um breve panorama comparativo da experiência dos países envolvidos, culminando na exposição das

disposições específicas do acordo e de algumas

possíveis implicações, sem pretensão de esgotar seus efeitos agregados.

## 2. Indicações geográficas: conceito, proteção internacional e benefícios

### 2.1. Conceito e natureza jurídica

Uma indicação geográfica é um sinal utilizado para identificar um produto como originário de um território, região ou localidade específica, quando determinada qualidade, reputação ou outra característica do produto é essencialmente atribuível à sua origem geográfica. Essa definição encontra-se consagrada no art. 22.1 do Acordo TRIPS<sup>2</sup>, da OMC - Organização Mundial do Comércio, e reflete a linha mestra de que existe um vínculo indissociável entre produto, território e saber-fazer humano.

Embora o TRIPS não imponha uma classificação formal das indicações geográficas, diversos ordenamentos jurídicos estruturaram seus sistemas de proteção a partir de uma distinção funcional entre (i) as indicações fundadas predominantemente na reputação do nome geográfico como centro de produção ou prestação de serviços, conhecidas como Indicações de Procedência (IP) e (ii) aquelas que pressupõem um vínculo exclusivo ou essencial entre as qualidades ou características do produto ou serviço e o meio geográfico, compreendendo fatores naturais (solo, vegetação, clima) e/ou humanos, as chamadas DO - Denominações de Origem.

Tal distinção pode ser ilustrada por exemplos brasileiros: a Indicação de Procedência "Vale dos Vinhedos", reconhecida inicialmente em razão da notoriedade da região como tradicional polo de produção vitivinícola, e a Denominação de Origem "Região do Cerrado Mineiro" cujas características específicas do café produzido decorrem de condições naturais e humanas próprias da região, como altitude, clima e práticas produtivas consolidadas.

Juridicamente, a indicação geográfica caracteriza-se como um direito de **propriedade intelectual** de natureza sui generis, coletivo e territorial, que confere aos produtores de determinada região o

direito exclusivo de uso do nome geográfico protegido, nos limites e condições estabelecidos pelo respectivo regime normativo.

## 2.2. Marcos internacionais da proteção das indicações geográficas

A proteção internacional das indicações geográficas desenvolveu-se progressivamente ao longo de mais de um século, acompanhando a própria consolidação do direito internacional da **propriedade intelectual**. Já a Convenção da União de Paris para a Proteção da **Propriedade Industrial** (1883) incluiu as indicações de procedência e as denominações de rigem entre os objetos da **propriedade industrial**, reconhecendo, desde cedo, a relevância jurídica da vinculação entre produtos e sua origem geográfica.

Posteriormente, o Acordo de Madri para a Repressão de Indicações Falsas ou Enganosas de Procedência (1891), administrado pela OMPI - Organização Mundial da **Propriedade Intelectual**, reforçou mecanismos de repressão ao uso indevido de nomes geográficos. Trata-se, contudo, de um instrumento de natureza essencialmente repressiva, voltado a coibir práticas enganosas, sem instituir um regime positivo de reconhecimento ou registro de indicações geográficas.

Ainda no contexto da OMPI, destaca-se o Sistema de Lisboa, instituído pelo Acordo de Lisboa para a Proteção das Denominações de Origem e seu Registro Internacional (1958) - o primeiro instrumento internacional especificamente dedicado à IGs - e modernizado pelo Ato de Genebra de 2015. Esse sistema passou a abranger tanto denominações de origem quanto indicações geográficas, permitindo o registro internacional por meio de um procedimento centralizado, com efeitos nos Estados membros, salvo declaração de recusa, e contribuindo para a harmonização e o fortalecimento da proteção internacional desses signos distintivos.

Vale mencionar que, apesar de sua relevância conceitual, o Sistema de Lisboa conta com um número relativamente reduzido de partes contratantes quando comparado a outros tratados internacionais de **propriedade intelectual** (44, abrangendo até 73 países). No contexto específico do Mercosul e da EFTA, apenas a Suíça é atualmente parte do Sistema de Lisboa, ao qual aderiu em dezembro de 2021.

Por fim, o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de **Propriedade Intelectual** Relacionados ao Comér-

cio (TRIPS), adotado em 1994 no âmbito da OMC - Organização Mundial do Comércio estabeleceu padrões mínimos de proteção a todos os seus membros e, em seu art. 23, um regime de proteção reforçada para indicações geográficas relativas a

vinhos e bebidas espirituosas, contribuindo para a incorporação definitiva das indicações geográficas nas disciplinas multilaterais do comércio.

## 2.3. Benefícios econômicos, sociais e culturais das IGs

As indicações geográficas são cada vez mais reconhecidas como instrumentos relevantes tanto em estratégias de mercado quanto em políticas públicas de desenvolvimento. Seu papel vai além da simples identificação da origem de produtos e abrange funções econômicas, sociais e culturais de impacto significativo, especialmente em regiões rurais.

No plano mercadológico, funcionam como ativos de diferenciação competitiva. Consumidores demonstram atenção crescente à origem geográfica dos produtos e às características específicas a ela associadas, frequentemente vinculando o local de origem a padrões de qualidade, autenticidade ou tradição. Em muitos casos, essa associação se traduz em disposição a pagar preços superiores, favorecendo o desenvolvimento de mercados específicos para produtos cujas qualidades estão ligadas ao território de origem. Ao transmitir informações confiáveis sobre atributos que não são facilmente reproduzíveis fora da região delimitada, as IGs funcionam como instrumentos de diferenciação competitiva.

Na Argentina, por exemplo, a Yerba Mate Argentina vem sendo utilizada como instrumento de diferenciação mercadológica e construção de identidade do produto. A vinculação do nome geográfico a características específicas da erva-mate associadas às condições naturais das regiões produtoras e às práticas tradicionais de cultivo e processamento permite aos produtores destacarem atributos de qualidade e autenticidade, reforçando estratégias de branding baseadas na origem e ampliando o reconhecimento do produto junto aos consumidores.

Para além do mercado, diversos estudos indicam que, quando utilizadas estrategicamente, as indicações geográficas podem atuar como vetores de desenvolvimento rural e regional. Como o direito de uso da IG é, em regra, reservado aos produtores estabelecidos na área geográfica delimitada, o valor



agregado gerado tende a permanecer no território, beneficiando coletivamente a economia local. A valorização dos produtos protegidos por IG pode estimular a geração de empregos, elevar a renda dos produtores e contribuir para a mitigação do êxodo rural. Ademais, os efeitos econômicos frequentemente extrapolam o setor produtivo diretamente envolvido, produzindo impactos positivos em atividades complementares, como turismo, gastronomia e serviços associados.

O reconhecimento da IG Garzón, associada à produção vitivinícola na região de Maldonado no Uruguai, contribuiu para a consolidação da região como destino de enoturismo, impulsionando atividades como visitas a vinícolas, experiências gastronômicas e oferta de serviços turísticos vinculados à identidade local. Nesse contexto, a IG funcionou não apenas como instrumento de diferenciação do produto no mercado, mas também como vetor de construção de uma imagem regional integrada, com efeitos econômicos que extrapolam a cadeia vitivinícola.

As indicações geográficas também desempenham papel relevante na preservação e valorização de conhecimentos tradicionais e de expressões culturais tradicionais. Muitos produtos identificados por IG resultam de processos produtivos transmitidos ao longo de gerações, incorporando saberes locais e técnicas tradicionais enraizadas em comunidades específicas. Embora as IGs não confirmem proteção direta a esses conhecimentos ou expressões culturais, elas podem contribuir indiretamente para sua salvaguarda ao reconhecer o valor cultural desses saberes e ao incentivar sua continuidade. Esse efeito manifesta-se, por exemplo, quando os regulamentos de uso de uma IG incorporam a descrição de processos produtivos tradicionais ou práticas culturais específicas.

No Paraguai, a Chipa de Coronel Bogado constitui um exemplo expressivo dessa dimensão. A produção tradicional da chipa está associada a técnicas culinárias transmitidas de geração em geração, constituindo um saber-fazer coletivo que integra o patrimônio cultural imaterial paraguaio, circunstância reforçada pelo fato de o país celebrar anualmente o Dia Nacional da Chipa, recordado na segunda sexta-feira do mês de agosto. Ao diferenciar o produto autêntico de versões genéricas ou industrializadas, a IG contribui para fortalecer economicamente os produtores locais e para criar incentivos à

preservação das técnicas tradicionais que caracterizam esse elemento emblemático da cultura paraguaia.

Cumpramos ressaltar que o simples reconhecimento formal de uma indicação geográfica não garante automaticamente benefícios econômicos ou sociais para a região de origem. Para que esses efeitos se concretizem de forma sustentável, é fundamental a existência de condições institucionais adequadas, governança coletiva eficiente, mecanismos eficazes de controle de qualidade e estratégias consistentes de promoção e comercialização. Quando bem concebidas e implementadas, as indicações geográficas revelam-se instrumentos multifuncionais capazes de articular estratégias de mercado, políticas de desenvolvimento regional e mecanismos indiretos de preservação cultural.

### 3. Breve panorama da proteção de IGs nos países envolvidos

#### 3.1. Mercosul

Nos países do Mercosul, a proteção das indicações geográficas, enquanto regime jurídico estruturado e sistemático, é relativamente recente quando comparada à experiência europeia. Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai adotaram, em geral, sistemas sui generis de proteção a partir das décadas de 1990 e 2000, em grande medida impulsionados pela internalização das obrigações decorrentes do Acordo TRIPS.

Começando pelo Brasil, que dispõe de informações detalhadas e sistematizadas fornecidas pelo **INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial**, o que permite uma análise mais aprofundada, observa-se que o país tem apresentado crescimento significativo no número de registros nas últimas duas décadas. Até janeiro de 2026, o país contava com 121 IP - Indicações de Procedência registradas, das quais 120 são nacionais e 1 estrangeira, bem como com 42 DO - Denominações de Origem, sendo 32 nacionais e 10 estrangeiras. Os registros abrangem ampla diversidade de produtos e serviços, com predominância de cafés, vinhos, cachaças, queijos, méis, frutas e derivados, além de produtos artesanais e minerais. Do ponto de vista territorial, observa-se concentração relevante nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Bahia.



Daniel Advogados Daniel Advogados

Na Argentina, o desenvolvimento do sistema de IGs ocorreu principalmente no âmbito do INV - Instituto Nacional de Vitivinicultura, resultando em um regime fortemente orientado à proteção de indicações geográficas e denominações de origem aplicáveis a vinhos, que representam a parcela majoritária dos registros existentes no país. A lista pública do portal Alimentos Argentinos revela, contudo, que a proteção abrange uma variedade maior de produtos agroalimentares, incluindo azeites, carnes, frutas, salames, infusões, geleias e mel. No Uruguai, o sistema coordenado pelo INAVI - Instituto Nacional de Vitivinicultura produziu um conjunto de IGs com clara concentração na produção vitivinícola.

No Paraguai, a proteção das indicações geográficas encontra-se em fase relativamente recente de consolidação, com reconhecimentos formais concentrados a partir da década de 2010, sob a coordenação da DINAPI - Dirección Nacional de Propiedad Intelectual, mas já apresenta diversidade setorial, incluindo produtos cárneos e suas preparações, produtos hortícolas e frutas, mel, bebidas alcoólicas, produtos de confeitaria e panificação, bem como produtos vegetais tradicionais e derivados da cana-de-açúcar. Entre os exemplos mais emblemáticos encontram-se a o Chorizo Sanjuanino e o Batiburrillo de Misiones, a Frutilla de Areguá, a Manga de Areguá e a Sandía de Estanuela.

### 3.2. EFTA

Nos países europeus integrantes da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), a proteção das indicações geográficas insere-se em um contexto institucional relevante, no qual a origem territorial pode desempenhar papel importante como elemento de diferenciação de produtos, agregação de valor e promoção regional. Ao longo do século XX, especialmente em países como Suíça e Noruega, desenvolveram-se regimes nacionais voltados à valorização de produtos agroalimentares e bebidas associados a tradições locais, combinando legislação específica, mecanismos de controle e políticas públicas orientadas à proteção de denominações de origem.

Posteriormente, esses sistemas foram integrados ao arcabouço internacional por meio da internalização das normas do Acordo TRIPS e, em alguns casos, por aproximações voluntárias aos padrões regulatórios da União Europeia, conferindo maior previsibilidade jurídica e reconhecimento internacional às indicações efetivamente protegidas.

A Suíça destaca-se como o país da EFTA com um sistema altamente consolidado e seletivo de proteção de indicações geográficas, marcado por forte institucionalização, critérios rigorosos de reconhecimento e mecanismos eficazes de controle e fiscalização. O regime suíço confere proteção a um conjunto representativo de denominações aplicáveis

sobretudo a produtos agroalimentares de alto valor agregado, como os queijos Gruyère e Raclette du Valais, bem como a produtos cárneos, vinhos e bebidas espirituosas associados a regiões específicas. Para além do setor alimentar, a proteção da origem na Suíça estende-se também a produtos industriais emblemáticos, como os relógios suíços, cuja reputação está intrinsecamente ligada a padrões geográficos e produtivos reconhecidos internacionalmente.

A Noruega adota um sistema mais restrito em termos de número de indicações reconhecidas, mas igualmente baseado em procedimentos formais de registro, especificações técnicas obrigatórias e controle institucional. As indicações geográficas norueguesas concentram-se principalmente em produtos agroalimentares associados a condições naturais específicas e a práticas tradicionais, como o Tørrfisk fra Lofoten (bacalhau seco) e o Fenalår fra Norge (presunto curado de cordeiro). Nesses casos, a proteção está vinculada à demonstração do nexo entre as características do produto, o ambiente natural e o método de produção, sendo frequentemente articulada com políticas públicas de desenvolvimento rural e valorização de economias locais.

A Islândia e Liechtenstein, por sua vez, não apresentam até o momento portfólios expressivos de indicações geográficas próprias reconhecidas internacionalmente, em razão de suas características produtivas e, no caso de Liechtenstein, de sua reduzida dimensão territorial. Ainda assim, ambos participam plenamente dos compromissos assumidos no âmbito da EFTA e do Acordo TRIPS, integrando os mecanismos de proteção e reconhecimento recíproco previstos nos acordos comerciais firmados pelo bloco, ainda que sua contribuição se dê predomi-



nantemente em termos institucionais.

#### 4. O Acordo Mercosul-EFTA

##### 4.1. Disposições específicas sobre indicações geográficas

As indicações geográficas são tratadas de forma específica e sistemática no Anexo XVII - **Propriedade de Intelectual** do Acordo Mercosul-EFTA, bem como em seu apêndice sobre Indicações Geográficas, que estabelece o regime aplicável ao reconhecimento e à proteção mútua dessas denominações entre as partes. O acordo reafirma, inicialmente, as obrigações internacionais já assumidas pelos Estados signatários no âmbito do Acordo TRIPS e da Convenção da União de Paris, ao mesmo tempo em que institui compromissos adicionais quanto ao alcance da proteção conferida às IGs.

O mecanismo central adotado pelo tratado baseia-se no reconhecimento mútuo de listas de indicações geográficas apresentadas pelas partes. No âmbito da EFTA, apenas a Suíça e o Liechtenstein figuram como ofertantes de listas próprias de IGs, enquanto Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai apresentam listas de denominações a serem protegidas nos territórios dos países da EFTA. Noruega e Islândia não apresentam listas próprias de IGs no acordo, limitando sua participação aos compromissos gerais em matéria de **propriedade intelectual**.

As listas abrangem um número significativo de indicações geográficas, predominantemente associadas a produtos agroalimentares, como vinhos, bebidas espirituosas, queijos, carnes e produtos cárneos, frutas, produtos hortícolas, mel e preparações alimentares tradicionais. A proteção estende-se não apenas ao uso direto das indicações para produtos não originários da área geográfica delimitada, mas também a usos indiretos suscetíveis de explorar indevidamente a reputação da IG, incluindo traduções, adaptações e expressões qualificadoras como "tipo", "estilo" ou "imitação".

O tratado disciplina ainda questões sensíveis recorrentes na prática internacional, como conflitos entre indicações geográficas e marcas pré-existentes, homônimas e exceções baseadas em uso anterior de boa-fé, prevendo mecanismos de solução e, quando aplicável, períodos transitórios para adaptação dos operadores econômicos. Ademais, estabelece obrigações quanto à adoção de medidas administrativas e judiciais eficazes, incluindo mecanismos de fisca-

lização e de repressão ao uso indevido das denominações protegidas.

A análise quantitativa revela que o Mercosul apresenta 259 indicações, a serem protegidas nos territórios da Suíça e de Liechtenstein. A Argentina concentra o maior número absoluto de denominações listadas (108), com forte predominância de indicações vitivinícolas, seguida por Brasil (63) e Uruguai (54), enquanto o Paraguai (34) figura com um conjunto numericamente menor, porém mais diversificado em termos de classes de produtos.

Por sua vez, as listas da EFTA compreendem 112 denominações que passam a ser protegidas nos quatro países do Mercosul. As denominações suíças representam a parcela amplamente majoritária do conjunto, abrangendo um número expressivo de indicações, sobretudo no setor agroalimentar (vinhos, queijos, produtos cárneos, bebidas espirituosas e produtos agrícolas específicos), enquanto as indicações de Liechtenstein são numericamente residuais.

##### 4.2. Potenciais implicações econômicas

Antes de examinar as possíveis consequências associadas especificamente ao reconhecimento mútuo de indicações geográficas, é importante notar que o Acordo Mercosul-EFTA possui escopo abrangente e disciplina diversos temas - comércio de bens e serviços, investimentos, compras públicas, regras de origem, medidas sanitárias e técnicas, concorrência, desenvolvimento sustentável e **propriedade intelectual**. Nesse contexto, qualquer tentativa de isolar os impactos econômicos do capítulo de IGs de forma autônoma seria necessariamente superficial. Ainda assim, algumas implicações potenciais podem ser identificadas a partir do desenho normativo adotado e de sua inserção mais ampla nas estratégias comerciais das partes.

O acordo insere-se nos esforços do Mercosul de diversificar suas parcerias econômicas e ampliar o acesso a mercados de alto valor agregado. A EFTA reúne cerca de 15 milhões de habitantes e um PIB estimado em US\$ 1,4 trilhão, além de apresentar alguns dos maiores PIBs per capita do mundo. Trata-se também de economias fortemente integradas ao comércio internacional, com elevada participação das exportações e importações no PIB, o que sugere um ambiente particularmente relevante para produtos diferenciados e intensivos em reputação.

Nesse cenário, o fortalecimento da proteção recíproca das indicações geográficas pode contribuir para ampliar a previsibilidade jurídica e reputacional em setores nos quais a origem territorial constitui atributo central de valor econômico. A segurança conferida às denominações protegidas tende a favorecer estratégias de inserção em nichos específicos, especialmente no setor agroalimentar, em que consumidores e distribuidores europeus atribuem crescente importância à autenticidade e à reputação territorial dos produtos.

Para os países do Mercosul, a inclusão de listas de denominações protegidas abre espaço para a valorização internacional de IGs ainda pouco conhecidas fora da região. Ademais, o acordo pode facilitar uma tramitação mais ágil para o reconhecimento de novas indicações geográficas no futuro, reduzindo incertezas procedimentais e incentivando produtores a buscar proteção internacional como instrumento de agregação de valor.

Ao mesmo tempo, o aprofundamento da proteção pode exigir esforços institucionais adicionais no âmbito doméstico. A efetividade das IGs depende não apenas do reconhecimento formal, mas também da capacidade de assegurar mecanismos contínuos de fiscalização, controle de qualidade e governança coletiva. Para pequenos produtores e associações locais, isso pode representar desafios de adaptação organizacional.

Por fim, vale notar que o acordo busca criar oportunidades econômicas também para o elevado número de pequenas e médias empresas presentes em ambas as regiões, ao combinar maior acesso a mercado com regras modernizadas de facilitação comercial e maior previsibilidade regulatória. Assim, embora os efeitos agregados dependam da implementação e da capacidade dos operadores econômicos de mobilizar esses instrumentos, o reconhecimento mútuo de indicações geográficas pode funcionar como componente relevante de uma agenda mais ampla de integração econômica e de estímulo ao fortalecimento dos sistemas de proteção de ativos territoriais no Mercosul, com potenciais repercussões para o desenvolvimento regional e a inserção qualificada no comércio internacional.

## 5. Considerações finais

O Acordo Mercosul-EFTA reforça a centralidade das indicações geográficas como ativos estratégicos de **propriedade intelectual** e instrumentos de polí-

tica comercial. Para os países latino-americanos, o tratado pode representar tanto uma oportunidade de inserção qualificada em mercados de alto valor agregado quanto um desafio institucional associado à consolidação de seus sistemas de proteção, gover-

nança e promoção de IGs.

A experiência europeia sugere que o sucesso das IGs depende menos da mera existência de proteção jurídica e mais da capacidade de organização coletiva, controle de qualidade e promoção comercial. Nesse sentido, o acordo pode funcionar como catalisador para o amadurecimento das políticas de indicações geográficas no Mercosul, com implicações que ultrapassam o comércio e alcançam o desenvolvimento regional e a valorização cultural.

---

1 Para uma análise histórica das indicações geográficas como uma das formas mais antigas de proteção da **propriedade industrial**, bem como para a constatação de que o instituto permanece pouco compreendido fora de círculos técnicos especializados - sobretudo em países sem tradição prévia de proteção de IGs -, ver OMPI, Geographical Indications - An Introduction, 2021, disponível em: <https://www.wipo.int/publications/en/details.jsp?id=4562>.

2 Acordo sobre Aspectos dos Direitos de **Propriedade Intelectual** relacionados ao Comércio (do inglês Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights).

Larissa Alvarez Bacharel em Relações Internacionais e mestre em **Propriedade Intelectual** e Transferência de Tecnologia para Inovação pela UFRJ. Atua como coordenadora de patentes no exterior na DANIEL.

Daniel Advogados

## Judicialização contra a pirataria de sementes de soja: Inovação



Mais de 800 toneladas de sementes de soja foram apreendidas em 2025. O resultado é fruto de uma força-tarefa liderada pelo setor de inovação em insumos agrícolas e evidencia a dimensão da pirataria no campo. O debate sobre essa prática ilegal voltou ao centro das atenções recentemente, após a divulgação de casos envolvendo bebidas adulteradas com metanol. Embora a pirataria atinja historicamente diversos mercados, como vestuário e cinema, a preocupação ganhou novas proporções ao passar a afetar diretamente a saúde humana, o que reforça a necessidade de um olhar atento ao problema também na agricultura, de forma ampla e multi-setorial.

Apesar de parecer distante da realidade urbana, a pirataria de insumos agrícolas é grave e afeta diretamente a qualidade de vida e segurança alimentar do país. A utilização de sementes sem a certificação exigida pelos órgãos reguladores, sem controle de qualidade, em desacordo com os direitos de **propriedade intelectual** gera prejuízos significativos tanto a economia quanto à cadeia produtiva.

No curto prazo, os impactos recaem tanto sobre o produtor rural, com perdas médias de até 17% na safra 2023/2024, quanto sobre o consumidor final, que não dispõe de garantia técnica quanto à qualidade do alimento.<sup>1</sup>

No longo prazo, o impacto atinge o próprio sistema de produção *latu sensu*, com a inobservância de direitos de **propriedade intelectual** e enfraquecimento do sistema de inovação, o que desestimula investimentos em pesquisa e desenvolvimento. O lançamento de novos produtos exige elevados aportes financeiros, além de energia e tempo e chega a custar U\$ 10 milhões e um período de 10 a 12 anos no laboratório. Esse cenário compromete a atratividade do Brasil para a introdução de inovações agrícolas e, consequentemente, propiciam a estagnação das cadeias de produção.

Outro dado relevante apontado pelo estudo e que dimensiona o impacto é a estimativa de que 11% da área plantada de soja no Brasil utilize sementes piratas, o equivalente ao total do plantio da cultura no Mato Grosso do Sul. Esse percentual é uma média nacional, mas se olharmos para a situação de alguns estados específicos, como o do Rio Grande do Sul, o uso de sementes piratas ultrapassa 30%.

A indústria de inovação em insumos agrícolas, atenta à urgência do tema, atua em diversas frentes. Uma das iniciativas trabalhadas para combater a prática na lavoura tem sido o ajuizamento de ações visando coibir a prática de reprodução de genética protegida sem autorização do titular. Só no último ano houve, por meio de 5 decisões judiciais, a apreensão de mais de 800 toneladas de sementes de soja suspeitas (vendidas a preço inferior aos praticados no mercado e sem documento fiscal, ensacadas em desacordo com a legislação e anunciadas de forma duvidosa, sem qualquer comprovação de autorização do legítimo titular da genética), evidenciando a dimensão do problema enfrentado no campo.

O Poder Judiciário, por sua vez, tem reconhecido a prática de atos ilícitos, condenando os infratores e determinando a apreensão das sementes piratas. Em sentença proferida ao final de 2024, como exemplo, o julgador considerou a violação da legislação:

O conjunto probatório demonstra de forma clara a violação dos direitos de **propriedade intelectual** das associadas da autora. Ficou comprovado que,

sem a devida autorização prévia e expressa, a parte ré comercializou e alienou, em sua propriedade rural, sementes que foram indiscutivelmente pirateadas, em manifesta contrariedade às normas pertinentes ao caso. - Ação nº 0731515-47.2017.8.07.0001 - TJDF



CropLife Brasil CropLife Brasil

Essa é apenas uma fotografia de um dos diversos casos judicializados. Nos últimos cinco anos de atuação da indústria, foram proferidas dez sentenças positivas para o reconhecimento da pirataria de sementes, com a apreensão vultuosa de mais de 2,5 mil toneladas de sementes de soja ilícitas.

É importante destacar que essa planta de ponta, alcançada por melhoramento genético, é protegida no Brasil por meio das cultivares, um direito sui generis de **propriedade intelectual** (ou seja, possui classificação em si próprio e é diferente de patentes, desenhos industriais etc.) regido pela lei 9.456, de 25/4/1997 - a lei de proteção de cultivares.

A legislação, que pode ser elencada como um dos pontos importantes para que o Brasil se tornasse referência no agronegócio a nível mundial, apesar de muito benéfica passa por um processo de atualização para reforçar sua aplicabilidade e benefícios, além de intensificar a penalização pelo seu descumprimento. Se aprovada, deve assegurar o incentivo do país a pesquisa e desenvolvimento, à ciência, ao desenvolvimento de novos produtos.

O cenário apresentado destaca a necessidade de uma abordagem séria e ampla para o enfrentamento da pirataria de sementes - não só por parte da indústria, mas de legisladores, juízes, membros do Poder Executivo, produtores rurais e todos os atores envolvidos no agro brasileiro, para que a segurança alimentar do país seja assegurada e para a continuidade do desenvolvimento de produtos cada vez mais moderno, capazes de responder às complexas demandas alimentares do Brasil e do mundo.

---

1 Os dados são de estudo da CropLife Brasil em parceria com a Céleres Consultoria.

Maria Luiza Barros de Silveira Advogada e Especialista Jurídico e de **Propriedade Intelectual** na CropLife Brasil.

CropLife Brasil



## Unesco: IA pode levar indústria musical a perder até 24% de receitas - CartaCapital



O relatório *Re|thinking Policies for Creativity* (Repensando as Políticas para a Criatividade) da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) sobre o futuro das políticas de criatividade estima que haverá quedas significativas de receitas para criadores de música e de audiovisual até 2028, em decorrência do aumento de produção de conteúdos por inteligência artificial (IA).

O levantamento foi feito com base em dados coletados em mais de 120 países. De acordo com a Unesco, além de representar uma ameaça à liberdade artística, o quadro apurado afetará também o financiamento público, contribuindo para fragilizar as indústrias culturais e criativas.

Segundo o relatório, as receitas digitais passaram a representar 35% do rendimento dos criadores, contra 17% registrados em 2018, o que reflete uma mudança estrutural no modelo econômico das indústrias criativas.

O crescimento é acompanhado de maior precariedade e por uma exposição mais elevada a violações de **propriedade intelectual**. Até 2028, a expansão de conteúdos produzidos por IA generativa poderá provocar perdas globais de receitas de até 24% para criadores de música e 21% para o setor audiovisual, diz o estudo.

O diretor-geral da Unesco, Khaled El-Enany, destacou que o relatório levanta a necessidade de "renovar e fortalecer o apoio àqueles que estão engajados na criação artística e cultural em um contexto em

que a IA e as transformações digitais estão redefinindo as indústrias criativas".

### Diferenças

Do total de países que responderam à pesquisa, 85% disseram incluir as indústrias culturais e criativas nos seus planos nacionais de desenvolvimento. Porém, apenas 56% definiram objetivos culturais específicos. De acordo com a Unesco, isso evidencia uma diferença entre compromissos gerais e ações concretas.

A Unesco mostra que o comércio global de bens culturais atingiu US\$ 254 bilhões em 2023 e que 46% das exportações têm origem em países em desenvolvimento. O que ocorre é que esses países representam pouco mais de 20% do comércio global de serviços culturais, revelando desequilíbrio crescente à medida que o mercado muda para formatos digitais.

O relatório diz que o financiamento público direto para a cultura continua reduzido, abaixo de 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB) global, e com tendência de queda.

A transformação digital aumentou o acesso a ferramentas e audiências, mas também intensificou desigualdades e aumentou a instabilidade financeira de criadores e profissionais do setor cultural.

O estudo da Unesco observa que as competências digitais essenciais estão presentes em 67% da população dos países desenvolvidos, enquanto somente 28% dos países em desenvolvimento possuem essas competências, o que reforça a divisão Norte-Sul.

O documento chama ainda a atenção para a concentração de mercado em poucas plataformas de streaming e para a pouca relevância de sistemas de curadoria de conteúdos, o que dificulta a visibilidade de criadores menos conhecidos. Apenas 48% dos países afirmaram estar desenvolvendo estatísticas para acompanhar o consumo cultural digital, o que limita respostas políticas eficazes.

A Unesco destaca ainda os obstáculos colocados para a mobilidade artística internacional. Os dados



evidenciam que 96% dos países desenvolvidos apoiam a mobilidade artística para o exterior, mas apenas 38% facilitam a entrada de artistas provenientes de países em desenvolvimento.

Na avaliação da Unesco, a assimetria restringe oportunidades e dificulta a circulação internacional de criadores, sobretudo de regiões com menos acesso a financiamento e estruturas de apoio. O relatório indica que apenas 61% dos países possuem organismos independentes para supervisionar essa área.

Em termos de igualdade de gêneros, a Unesco identificou simultaneamente avanços e disparidades significativos nas indústrias culturais e criativas. Por exemplo, a liderança feminina em instituições culturais nacionais aumentou globalmente, passando de 31% em 2017 para 46% em 2024.

No que se refere à distribuição, persiste a desigualdade: enquanto as mulheres ocupam 64% de cargos de liderança em países desenvolvidos, nos países em desenvolvimento esse número cai para 30%. Muitos países insistem em posicionar as mulheres

sobretudo como consumidoras de cultura e não como criadoras e líderes desse setor.

O relatório de 2026 é a quarta parte da série que supervisiona a implementação da Convenção da Unesco de 2005, sobre a proteção e promoção da diversidade de expressões culturais. O documento foi publicado com apoio do governo da Suécia e da Agência Sueca para a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

Os estados partes na Convenção de 2005 adotaram mais de 8.100 políticas e medidas culturais para reforçar o papel das indústrias culturais e criativas no desenvolvimento sustentável.

Através do Fundo Internacional para a Diversidade Cultural (FIDC), a Unesco contabiliza 164 projetos apoiados nas áreas de cinema, artes cênicas, artes visuais e artes de mídia, bem como em design, música e publicação em 76 países do sul global.

## Perda da patente da polilaminina foi uma decisão técnica da UFRJ, diz Tatiana Sampaio

A pesquisadora brasileira Tatiana Sampaio esclareceu em entrevista ao Roda Viva da Tv Cultura nesta segunda-feira, 23, que a patente internacional da polilaminina foi perdida devido a uma decisão 'técnica' da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), embora o contexto nacional fosse de cortes de verbas para pesquisas em universidades.

O caso ganhou repercussão após Tatiana declarar, em entrevista ao Brasil 247 no dia 24 de dezembro, que as patentes internacionais foram perdidas em 2015 e 2016. A notícia ganhou as redes sociais, onde usuários passaram a acusar Dilma Rousseff, presidente da República até 2016, e Michel Temer, que assumiu o cargo após o impeachment da petista.

"Em 2014, houve uma avaliação da UFRJ de que não valia mais a pena continuar pagando as patentes dos EUA e da Europa. Foi uma avaliação técnica, que concluiu que essas patentes não seriam concedidas no futuro, que era um custo alto e não valia a pena pagar. Não foi uma decisão minha, eu fui comunicada e suspenderam. Mas foi uma decisão técnica", afirmou.

"Não foi uma perda para o Brasil. Vamos supor que tivéssemos obtido a patente internacional. Provavelmente isso teria sido negociado com uma empresa farmacêutica internacional, que daria um 'tchau' para nós todos e já estaria vendendo por uma fortuna e a gente comprando", complementou.

O que diz a farmacêutica responsável pela produção da substância

A farmacêutica Cristália, responsável pela produção da polilaminina, divulgou no dia 19 deste mês uma nota de esclarecimento sobre a situação da **patente** da substância. Segundo a empresa, a **propriedade intelectual** segue válida e não houve perda da **patente** relacionada a esses pedidos.

O laboratório ainda informou que solicitou, em 2022, a patente nacional e, em 2023, a patente internacional referente ao processo de extração, purificação e polimerização da polilaminina - substância atualmente em testes clínicos de Fase 1. Essas pa-

tentes têm validade de 20 anos, com vencimento previsto para 2042 (nacional) e 2043 (internacional).

"Trata-se de um processo complexo, que demanda alta tecnologia e que foi desenvolvido com exclusividade pelo centro de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação do laboratório Cristália. Além disso, a substância que está sendo utilizada nos testes clínicos é produzida em uma de nossas plantas de biotecnologia de última geração", afirma a farmacêutica.

"Como todas as patentes, as relativas ao processo de extração, purificação e polimerização da polilaminina têm validade de 20 anos, vencendo em 2042 a patente nacional e em 2043 a internacional", continua a nota.

O que é a polilamina

A polilaminina é uma versão polimerizada da laminina, uma proteína naturalmente produzida no corpo (especialmente abundante no desenvolvimento embrionário) e extraída de placentas humanas. No laboratório, a equipe da UFRJ conseguiu recriá-la para formar uma espécie de "andaime biológico" que estimula a reconexão de axônios (as "fibras" dos neurônios), facilitando a comunicação entre o cérebro e o corpo na região lesionada da medula.

A aplicação ideal ocorre de forma única, durante a cirurgia de descompressão da coluna, preferencialmente nas primeiras 72 horas após o acidente. Em situações fora desse prazo, pode ser injetada diretamente na medula.

Embora ainda experimental, a substância já foi usada em alguns pacientes por meio de decisões judiciais ou uso compassivo. Um exemplo recente é o da nutricionista e influenciadora Flávia Bueno, que sofreu lesão medular grave após um mergulho no início de 2025 e recebeu a polilaminina após liminar judicial; a família relatou movimentos no braço direito dias depois, mas especialistas enfatizam que não há como atribuir diretamente a melhora ao medicamento, devido a outros fatores e

tratamentos envolvidos.

Em um estudo acadêmico preliminar (não patrocinado externamente e ainda sem revisão por pares completa), realizado pela equipe de Tatiana Sampaio com oito pacientes que tinham lesão

medular completa, 75% apresentaram algum grau de recuperação de função motora - um índice bem superior aos cerca de 10% de recuperação espontânea típica descritos na literatura médica para casos

semelhantes.

Pacientes relataram ganhos significativos de mobilidade, mas os resultados são considerados preliminares e não definitivos: ainda não é possível afirmar com certeza que as melhoras decorrem exclusivamente da polilaminina.

## Mounjaro: quebra de patente no Brasil

Recentemente, a Câmara dos Deputados aprovou em regime de urgência um projeto de lei que declara o medicamento Mounjaro (e o Zepbound), à base de tirzepatida, como "de interesse público", abrindo caminho para uma eventual "quebra da patente" desses produtos no Brasil. Com isso, o projeto pode ser analisado diretamente em plenário, sem passar pelas comissões, acelerando a possibilidade de autorizar terceiros a produzir versões genéricas no país. No Brasil, não existe um mecanismo legal formal chamado "quebra de patente" - essa expressão é usada popularmente para se referir ao que a lei chama de licenciamento compulsório ou suspensão temporária dos efeitos da patente em casos excepcionais como interesse público.

O licenciamento compulsório de patentes é um instituto previsto no artigo 71 da Lei da **Propriedade Industrial** (Lei nº 9.279/96) que permite ao governo autorizar terceiros a produzir, usar, vender ou importar um produto ou processo protegido por patente, sem autorização do titular, em situações específicas como interesse público relevante, emergência nacional, estado de calamidade pública ou outros casos similares definidos em lei e acordos internacionais.

A licença compulsória não extingue a patente nem retira permanentemente os direitos do titular; em vez disso, suspende a exclusividade de exploração por um período determinado e com remuneração de royalties ao detentor da patente. Ou seja, trata-se de uma licença forçada e remunerada para terceiros, não de uma revogação definitiva da patente.

A concessão de licença compulsória já foi utilizada oficialmente apenas uma vez para "quebrar" a exclusividade de patente de um medicamento, e esse caso ocorreu no contexto do enfrentamento da epidemia de HIV/Aids. Em maio de 2007, o governo brasileiro emitiu uma licença compulsória para o antirretroviral Efavirenz, que era então protegido por patente da farmacêutica Merck Sharp & Dohme. A medida foi adotada por interesse público, após as negociações de preço entre o Estado e a detentora da patente não resultarem em condições

consideradas aceitáveis para o Sistema Único de Saúde (SUS).

### Espaço Publicitário

Com a licença compulsória, o Brasil autorizou a importação de versões genéricas do Efavirenz e passou a remunerar o titular da patente por isso - ou seja, mesmo nessa situação, a patente não foi extinta ou invalidada: o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** manteve a titularidade da patente, mas autorizou terceiros (ou o próprio Estado) a explorar a tecnologia mediante pagamento de royalties, nos termos legais previstos no artigo 71 da Lei de **Propriedade Industrial**.

O Mounjaro, medicamento desenvolvido pela Eli Lilly, inicialmente aprovado para tratamento de diabetes tipo 2, ganhou enorme projeção pelo seu efeito significativo na redução de peso corporal. Seu mecanismo combina ação sobre os receptores de GLP-1 e GIP, hormônios intestinais ligados à regulação da glicemia, saciedade e metabolismo energético.

Sob a perspectiva concorrencial, o impacto do Mounjaro transcende o setor farmacêutico. A eventual massificação do uso de medicamentos que reduzem apetite e modulam comportamento alimentar pode alterar estruturalmente mercados correlatos.

No setor alimentício, pode haver retração de segmentos baseados em consumo calórico elevado, especialmente snacks, bebidas açucaradas e fast food. Isso pode gerar movimentos de adaptação estratégica, reformulação de produtos e até consolidação de mercado. Restaurantes também já começaram a ajustar seus cardápios aos novos hábitos do consumidor.

No mercado de bebidas alcoólicas, relatos clínicos indicam possível redução no desejo por álcool entre usuários de agonistas de GLP-1. Se confirmado em larga escala, isso pode impactar demanda e provocar reposicionamento competitivo, com fortalecimento de categorias premium ou zero álcool. No setor de vestuário, especialmente no segmento plus

size, a alteração acelerada de padrões corporais pode provocar mudanças na estrutura de oferta. Isso pode gerar tanto retração de nichos quanto surgi-

mento de novos modelos de negócios baseados em adaptação corporal e personalização. Há ainda possíveis reflexos concorrenciais na cadeia têxtil e no varejo, sobretudo se a mudança de comportamento ocorrer de forma ampla e contínua.

No mercado fitness, o impacto é ambivalente. O medicamento pode reduzir a percepção de necessidade de exercício físico para perda de peso, mas também pode impulsionar o interesse por saúde metabólica e pela longevidade. Academias, clínicas e plataformas de wellness podem integrar soluções médicas e programas físicos, criando modelos híbridos e eventualmente concentrando mercado.

Do ponto de vista do direito concorrencial, é relevante observar se a detentora da patente adotará estratégias de exclusividade vertical, acordos de distribuição restritivos ou práticas que possam ser interpretadas como abuso de posição dominante, caso o produto consolide fatia significativa do mercado de tratamentos metabólicos. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) poderia ser instado a analisar práticas comerciais, especialmente se houver barreiras artificiais à entrada de biossimilares ou genéricos no futuro.

Há ainda uma dimensão macroeconômica: medicamentos que alteram padrões de consumo podem produzir externalidades relevantes sobre arrecadação tributária, políticas públicas de alimentação e até regulação de publicidade de alimentos. O Estado poderá ser chamado a reavaliar incentivos fiscais, rotulagem nutricional e estratégias de saúde preventiva.

Em síntese, o Mounjaro representa mais do que um avanço farmacológico. Ele inaugura um possível rearranjo concorrencial intersetorial, com efeitos indiretos sobre cadeias produtivas inteiras. O desafio regulatório será equilibrar três vetores: acesso à saúde, estímulo à inovação e preservação de um ambiente concorrencial saudável. A resposta jurídica exigirá coordenação entre autoridades sanitárias, órgãos de defesa da concorrência e formuladores de políticas públicas, sob pena de se gerar distorções econômicas relevantes em múltiplos mercados.

Frederica Richter, Advogada, sócia fundadora da Timmermans Advogados. Mestre em **Propriedade Intelectual** e Transferência da Tecnologia para Inovação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

# Índice remissivo de assuntos

ABPI .....	4,5,6,7,8
Marcas .....	1
Marco regulatório   INPI .....	4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,22,23
Patentes .....	20,21
Propriedade Industrial .....	4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,22,23
Propriedade Intelectual .....	2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23